

PROCESSO Nº

-159/17-

REG. PROC. Nº

- 07 -

FOLHA Nº

-22V-

**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**

Estado de São Paulo

AUTOS DE

Projeto de Lei nº 116/17

Estima a receita e fixa a Despesa para o
Exercício de 2018.Autor: de Presidente Municipal**AUTUAÇÃO**Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de setembro de 2017
autuo. P.L. nº 116/17 e a mensagem em frente.Eu, , subscrevi

Acl - 126/17.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

G.M. LEME	
P. 159117	Rs 02
mg	

CÂMARA MUNICIPAL DE LEME

29/09/2017 16:03:55

MENSAGEM

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Protocolo Nro. 3529 / 2017
Tipo Docto Projeto de Lei Ordinária nº 116
Data Inserção 29/09/2017

Maria Virginia do Amaral Mancini

Tenho a honra de submeter à apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa o anexo Projeto de Lei que dispõe sobre a peça orçamentária para o exercício financeiro de **2018**, em cumprimento ao art.165 da Constituição Federal, art. 5º da Lei Complementar nº. 101/2000 e Lei nº. 4320/64.

O Projeto de Lei ora encaminhado foi elaborado de forma compatível com os programas e ações de governo estabelecidos no Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021 protocolado em 15/08/2017, além de respeitar as exigências contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

O orçamento de 2018 procurou traduzir os anseios da população, e foi elaborado respeitando-se o princípio de equilíbrio orçamentário, tendo sido pautado pela ampla participação de todas as Secretarias do município na sua elaboração.

Por fim, esperando que este projeto permita uma discussão democrática entre os Poderes Executivo e Legislativo, é que submetemos a V.Exa., a proposta orçamentária para o exercício de **2018**, lembrando que o mesmo deverá ser devolvido para sanção até o encerramento dos trabalhos legislativos do exercício 2017.

Aproveito a oportunidade para reiterar os protestos de estima e consideração.

Leme, 29 de Setembro de 2017.

WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO

Prefeito do Município de Leme

REGISTRO

Registrado sob o nº de ordem 116/17

fls. 02v, do Registro de Processo nº 07

Leme, 29 de setembro de 20 17

Funcionário mg



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

C.M. LEME	
R 159117	Rs 03
<i>mj</i>	

PROJETO DE LEI Nº. 116/2017

“ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2018”

Artigo 1º - Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Leme para o exercício financeiro de 2018, nos termos do art.165, parágrafo 5º, da Constituição Federal, Lei nº.4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000 e Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021 protocolado em 15/08/2017, compreendendo:

I – O Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração municipal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público;

II – O Orçamento de Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados;

III – O Orçamento de Investimentos das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

Artigo 2º - A receita total estimada nos orçamento fiscal, seguridade social e de investimentos, já com as devidas deduções legais, representa o montante de R\$ 320.185.072,75 (trezentos e vinte milhões, cento e oitenta e cinco mil, setenta e dois reais e setenta e cinco centavos).

Orçamento Fiscal está fixado em R\$ 227.922.664,81 (duzentos e vinte e sete milhões, novecentos e vinte e dois mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e oitenta e um centavos);

Orçamento da Seguridade Social em R\$ 92.262.407,94 (noventa e dois milhões, duzentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e sete reais e noventa e quatro centavos).

Parágrafo único – A receita pública se constitui pelo ingresso de caráter não devolutivo auferido pelo Ente municipal, para a alocação e cobertura das despesas públicas. Todo ingresso



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

C.M. LEME	
R 159117	Rs 04
mg	

orçamentário constitui uma receita pública, podendo ser classificadas em receitas correntes e de capital, arrecadadas na forma da legislação vigente e especificadas no Anexo II – Resumo Geral da Receita.

RECEITAS CORRENTES		R\$ 310.069.181,94
1.1	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 75.247.700,00
1.2	Contribuições	R\$ 12.137.200,00
1.3	Receita Patrimonial	R\$ 4.325.100,00
1.6	Receita de Serviços	R\$ 30.550.000,00
1.7	Transferências Correntes	R\$ 182.840.181,94
1.9	Outras Receitas Correntes	R\$ 4.969.000,00
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA		R\$ 20.583.590,81
RECEITAS DE CAPITAL		R\$ 9.924.800,00
2.0	Transferências de Capital	R\$ 9.924.800,00
TOTAL DA RECEITA		R\$ 340.577.572,75
RETENÇÕES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB		R\$ 20.392.500,00
TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA		R\$ 320.185.072,75

Artigo 3º - A despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros demonstrativos de órgãos, funções e subfunções, natureza da despesa e elemento da despesa, cujos desdobramentos apresentam-se com os seguintes valores:

POR ÓRGÃOS	
ORÇAMENTO FISCAL	
R\$ 227.922.664,81	
01 - PODER LEGISLATIVO	R\$ 7.201.924,00
02 - PREFEITURA MUNICIPAL	R\$ 165.512.950,00
03 - SAECIL - Superint. Água e Esgoto da Cidade de Leme	R\$ 32.615.000,00
05 - LEMEPREV	R\$ 22.592.790,81
ORÇAMENTO SEGURIDADE SOCIAL	
R\$ 92.262.407,94	
02 - PREFEITURA MUNICIPAL	R\$ 66.751.407,94
05 - LEMEPREV	R\$ 25.511.000,00
TOTAL GERAL	
R\$ 320.185.072,75	



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

C.M. LEME	
R\$ 159117	R\$ 05
mg	

POR FUNÇÃO	
ORÇAMENTO FISCAL	R\$ 227.922.664,81
01 - LEGISLATIVA	R\$ 7.201.924,00
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	R\$ 6.422.000,00
04 - ADMINISTRAÇÃO	R\$ 13.277.944,00
05 - DEFESA NACIONAL	R\$ 80.000,00
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	R\$ 4.597.000,00
11 - TRABALHO	R\$ 640.000,00
12 - EDUCAÇÃO	R\$ 107.848.006,00
13 - CULTURA	R\$ 1.692.000,00
15 - URBANISMO	R\$ 19.349.000,00
17 - SANEAMENTO	R\$ 30.105.000,00
18 - GESTÃO AMBIENTAL	R\$ 1.281.000,00
20 - AGRICULTURA	R\$ 465.000,00
22 - INDÚSTRIA	R\$ 620.000,00
26 - TRANSPORTE	R\$ 3.310.000,00
27 - DESPORTO E LAZER	R\$ 1.011.000,00
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	R\$ 5.461.000,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 24.561.790,81
ORÇAMENTO SEGURIDADE SOCIAL	R\$ 92.262.407,94
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 12.024.682,94
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	R\$ 25.511.000,00
10 - SAÚDE	R\$ 54.726.725,00
TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO	R\$ 320.185.072,75

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME****ESTADO DE SÃO PAULO****SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

C.M. LEME	
R 159117	Rs 06
mg	

POR SUBFUNÇÃO			
ORÇAMENTO FISCAL		R\$	227.922.664,81
31	Ação Legislativa	R\$	7.201.924,00
92	Representação Judicial e Extrajudicial	R\$	6.423.000,00
122	Administração Geral	R\$	21.727.047,00
123	Administração Financeira	R\$	2.515.000,00
131	Comunicação Social	R\$	520.000,00
153	Defesa Terrestre	R\$	80.000,00
181	Policiamento	R\$	4.276.000,00
182	Defesa Civil	R\$	321.000,00
306	Alimentação e Nutrição	R\$	600.000,00
332	Relações de Trabalho	R\$	640.000,00
361	Ensino Fundamental	R\$	67.048.351,00
362	Ensino Médio	R\$	216.000,00
365	Educação Infantil	R\$	31.357.552,00
366	Educação de Jovens e Adultos	R\$	994.000,00
367	Educação Especial	R\$	3.252.000,00
392	Difusão Cultural	R\$	1.484.000,00
451	Infra-Estrutura Urbana	R\$	13.493.000,00
452	Serviços Urbanos	R\$	9.166.000,00
512	Saneamento Básico Urbano	R\$	22.781.000,00
541	Preservação e Conservação Ambiental	R\$	1.281.000,00
544	Recursos Hídricos	R\$	220.000,00
605	Abastecimento	R\$	465.000,00
661	Promoção Industrial	R\$	620.000,00
695	Turismo	R\$	208.000,00
812	Desporto Comunitário	R\$	1.011.000,00
846	Outros Encargos Especiais	R\$	5.460.000,00
997	Reserva de Contingência RPPS	R\$	22.561.790,81
999	Reserva de Contingência	R\$	2.000.000,00
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL		R\$	92.262.407,94
122	Administração Geral	R\$	31.822.373,00
241	Assistência ao Idoso	R\$	950.258,74
242	Assistência do Portador de Deficiência	R\$	396.051,20
243	Assistência à Criança e ao Adolescente	R\$	2.118.400,00
244	Assistência Comunitária	R\$	2.210.600,00
272	Previdência do Regime Estatutário	R\$	38.000,00
301	Atenção Básica	R\$	36.240.225,00
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	R\$	17.761.000,00
304	Vigilância Sanitária	R\$	129.500,00
305	Vigilância Epidemiológica	R\$	596.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO		R\$	320.185.072,75

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME****ESTADO DE SÃO PAULO**

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

C.M. LEME	
R\$ 159117	R\$ 07
mg	

POR NATUREZA DA DESPESA		
3 - DESPESAS CORRENTES	R\$	263.842.087,23
3.1 - Pessoal e Encargos Sociais	R\$	159.051.457,00
3.2 - Juros e Encargos da Dívida	R\$	1.830.000,00
3.3 - Outras Despesas Correntes	R\$	102.960.630,23
4 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$	31.721.194,71
4.4 - Investimentos	R\$	25.421.194,71
4.5 - Inversões Financeiras	R\$	170.000,00
4.6 - Amortização da Dívida	R\$	6.130.000,00
7 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - RPPS	R\$	22.561.790,81
9900 - Reserva de Contingência	R\$	22.561.790,81
9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	2.060.000,00
9900 - Reserva de Contingência	R\$	2.060.000,00
TOTAL GERAL DE DESPESA DO MUNICÍPIO	R\$	320.185.072,75

POR ELEMENTO DA DESPESA		
01 - APOSENTADORIAS, RESERVA REMUN. REFORMAS	R\$	19.704.000,00
03 - PENSÕES	R\$	3.412.000,00
11 - VENCIM.E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R\$	119.084.000,00
13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R\$	16.022.457,00
14 - DIÁRIA - PESSOAL CIVIL	R\$	661.000,00
16 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R\$	626.000,00
18 - AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTE	R\$	400.000,00
21 - JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	R\$	1.830.000,00
30 - MATERIAL DE CONSUMO	R\$	25.973.308,00
31 - PREMIAÇÕES CULT,ART,CIENT,DESP. E OUTRAS	R\$	97.000,00
32 - MAT. DIST. GRATUITA	R\$	1.722.632,00
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	R\$	283.600,00
34 - OUTRAS DESP. PESSOAL DECORR. CONTRAT.	R\$	12.000,00
35 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA	R\$	16.000,00
36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍS.	R\$	2.714.900,00
39 - OUTROS SERV.DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R\$	56.633.790,20
41 - CONTRIBUIÇÕES	R\$	160.000,00
43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	R\$	3.988.800,00
47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	R\$	3.309.000,00
48 - OUTROS AUXÍLIOS FINANC. A PESSOA FÍSICA	R\$	101.000,00
51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	R\$	20.517.674,71
52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R\$	4.521.520,00
61 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	R\$	310.000,00
70 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONS. PUBL.	R\$	1.138.000,00
71 - PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADA	R\$	1.480.000,00
91 - SENTENÇAS JUDICIAIS	R\$	5.107.000,00
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R\$	16.000,00
93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	R\$	145.003,74
97 - APORTE PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL RPPS	R\$	5.576.596,29
99 - RESERVA DE CONTINGENCIA	R\$	24.621.790,81
Total	R\$	320.185.072,75



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

C.M. LEME	
R 159/17	Rs 08
m	

Artigo 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - Abrir no curso da execução orçamentária de 2018 créditos suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) da despesa total fixada por esta Lei, observado o disposto no artigo 43, da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - Utilizar os recursos vinculados à conta de reserva de contingência, nas situações previstas no artigo 5º, inciso III da Lei de Responsabilidade Fiscal e art. 8º, da Portaria Interministerial nº.163, de 04 de maio de 2001;

III - Realizar abertura de créditos suplementares, por conta do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, na forma do art.43, inciso I, da Lei nº.4320/64;

IV - Realizar abertura de créditos suplementares provenientes de excesso de arrecadação, quando o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada for efetivamente comprovada, considerando-se ainda, a tendência do exercício, na forma do art.43, da Lei nº.4320/64;

V - Abrir no curso da execução do orçamento de 2018, créditos suplementares de dotações vinculadas a recursos de outras fontes específicas, nos casos em que já exista no orçamento a despesa com mesma classificação funcional programática, e haja necessidade de abertura de nova Fonte de Recursos, até o limite dos valores efetivamente recebidos.

Parágrafo único - Os créditos suplementares de que trata o inciso II não incidirão sobre o percentual autorizado no inciso I.

Artigo 5º - Os órgãos e entidades mencionados no art.1º ficam obrigados a encaminhar ao órgão responsável pela consolidação geral das contas públicas do município, até quinze dias após o encerramento de cada mês, as movimentações orçamentárias, financeiras e patrimoniais, para fins de consolidação das contas públicas do ente municipal.


Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de Janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 29 de Setembro de 2017.

WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO
Prefeito do Município de Leme

A Procuradoria Jurídica
para parecer em 29/09/12


PRESIDENTE

JUNTADA
Em 29 de 9 de 20 12
raço juntada a estes autos 20
parecer
Funcionário 



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
P. 159/17	Rs 09
LEME	

PROJETO DE LEI N.º 116/17

EMENTA : Estima receita e fixa despesa para o exercício de 2018.

AUTORIA : PREFEITO MUNICIPAL

PARECER DA ASSESSORIA LEGISLATIVA

Senhor Presidente.

O presente Projeto de Lei está em ordem e bem redigido e foi enviado para esta Casa, no prazo legal.

Assim, deve ser publicado na Imprensa Oficial do Município, apresentado no Expediente da próxima Sessão Ordinária para conhecimento dos Senhores Vereadores designando data, para a realização da respectiva audiência pública e, após, encaminhado à Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Lembrando que referida Comissão aguardará o prazo de dez dias, para recebimento de emendas dos Senhores Vereadores e de populares.

Era o tínhamos a opinar.

Sala da Assessoria Legislativa "Dr. Waldir José Baccarin", em 29 de Setembro de 2017

Jorge Luiz Stefano
Proc. Jur.

Ao Expediente

02 / 10 / 2017



PRESIDENTE

A(s) Comissão(ões) de:

C.J.F. ☒

O.F.C. ☒

O.S.P. ☐

S.E.C.L.T. ☐

P.U.O.P.S. ☐

Em 02 / 10 / 17

VISTA

Em 03 de outubro de 20 17

Com vista às comissões

Funcionário X



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
R 159/17	Rs 10
7	

PROJETO DE LEI N.º 116/17

EMENTA : Estima receita e fixa despesa para o exercício de 2.018.

AUTORIA: PREFEITO MUNICIPAL

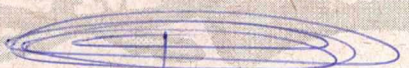
1 – Comunicado o Plenário na Sessão Ordinária de 02/10/2017.

2 – Feita a publicação do Projeto em questão na Imprensa Oficial do Município.

3 – Expedido cópia a todos os senhores Vereadores, enquanto permaneceu o projeto na Secretaria, à disposição dos vereadores e de populares interessados.

4 – Providencie-se agendamento para realização de audiência pública em atenção a RICML e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sala da Presidência, em 02 de outubro de 2.017


Ricardo Pinheiro de Assis
Presidente Interino

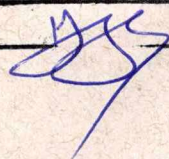
JUNTADA

em 28 de 10 de 2017

ajuntada a estes autos

documentos de fls
11 a 37

Funcionário





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

AUDIÊNCIA PÚBLICA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL LOA 2018



LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101) foi aprovada em 4 de maio de 2000 com a finalidade de estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, ou seja, regulamentou o Capítulo II do Título VI da Constituição Federal, em que no inciso I do artigo 163 determina que a Lei Complementar disporá sobre “finanças públicas”.

Fonte: Contabilidade Pública – Ed. Atlas.

C.M. LEME	
R 159/17	Rs 12
7	



LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Sob o aspecto da gestão pública, a Lei de Responsabilidade Fiscal traz um novo parâmetro para as ações das pessoas que atuam como gestores no nível municipal, estadual e federal, pois, de acordo como § 1º do artigo 1º da Lei Complementar nº 101/2000 , a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe:

C.M. LEME	
R 159/17	Rs 13

Fonte: Contabilidade Pública – Ed. Atlas.



LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Ação planejada e transparente, em que previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receitas, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de créditos e inscrição de Restos a Pagar.

Fonte: Contabilidade Pública – Ed. Atlas.

C.M. LEME	
R	Rs

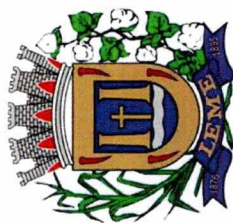


LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

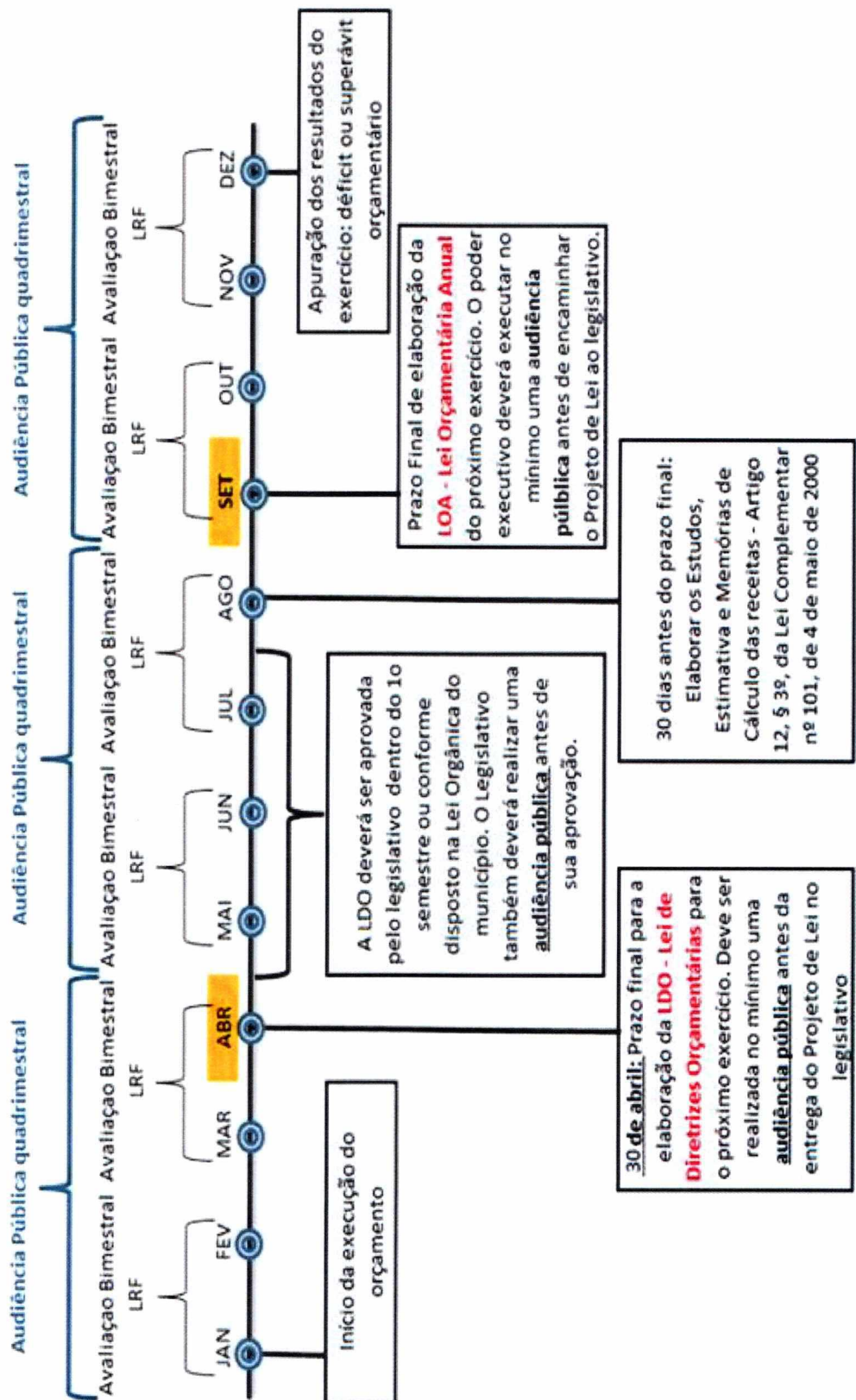
Dessa forma, a lei procura destacar a importância do planejamento e da transparência que são ações essenciais para uma boa gestão, visto que a primeira refere-se a definir previamente o que se deseja no futuro e a segunda contribui para o cumprimento de um princípio básico da gestão, que é dar publicidade a todas as atividades realizadas.

Fonte: Contabilidade Pública – Ed. Atlas.

C.M. LEME	
R 159/17	Rs 14



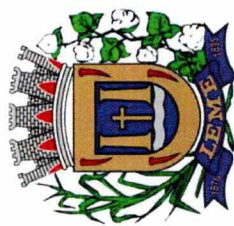
Fluxo Anual do Planejamento Público



C.M. LEME

15/9/17

Rs 15



EVOLUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

EXERCÍCIO	VALOR ORÇADO	%
2016	277.370.119,00	-2,3
2017	278.380.000,00	0,36
2018	320.185.072,75	15,00



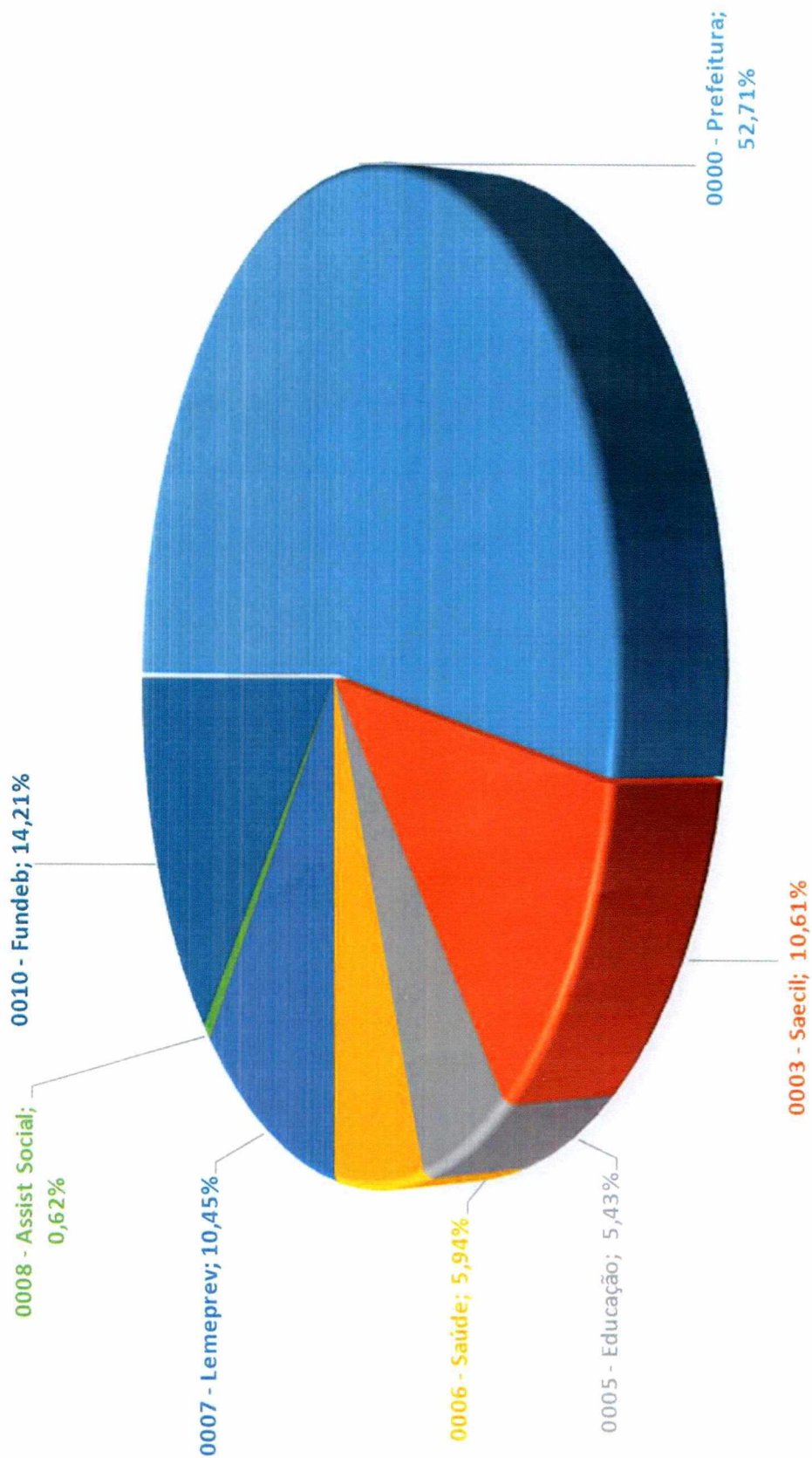
RECEITAS POR UNIDADE GESTORA

Órgão	Previsto 2017	Previsto 2018	Variação 2017/2018	%
0000 - Prefeitura	135.646.670,94	168.772.000,00	24%	52,71%
0003 - Saecil	33.550.000,00	34.000.000,00	1,49%	10,61%
0005 - Educação	15.168.000,00	17.388.200,00	6,40%	5,43%
0006 - Saúde	17.795.340,00	19.036.500,00	14,63%	5,94%
0007 - Lemeprev	31.244.449,06	33.475.790,81	7,14%	10,45%
0008 - Assist Social	1.475.540,00	2.012.581,94	36,39%	0,62%
0010 - Fundeb	43.500.000,00	45.500.000,00	4,59%	14,21%
TOTAL	278.380.000,00	320.185.072,75	15,01%	100,00%

C.M. LEME
R 159/17 Rs 17

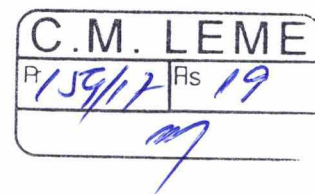


RECEITAS POR UNIDADE GESTORA





RECEITAS POR NATUREZA



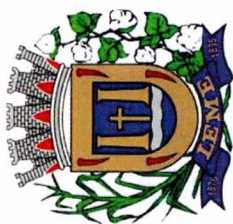
Natureza		Previsto 2018	%
11	Tributária	75.247.700,00	23,50%
12	Contribuições	12.137.200,00	3,79%
13	Patrimonial	4.325.100,00	1,35%
16	Serviços	30.550.000,00	9,54%
17	Transferências	162.447.681,94	50,74%
19	Outras Correntes	4.969.000,00	1,55%
21	Op. Crédito	5.000.000,00	1,56%
22	Alienações	-	0,00%
24	Transf. Capital	4.924.800,00	1,54%
72	Contribuições Intra	15.007.000,00	4,69%
79	Aporte Periódico	5.576.590,81	1,74%
TOTAL		320.185.072,75	100,00%



DESPESAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

01.01.01-CÂMARA MUNICIPAL DE LEME	7.201.924,00
02.01.01-GABINETE DO PREFEITO	1.941.000,00
02.03.01-SECRETARIA DE GOVERNO	270.700,00
02.04.01-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	9.801.244,00
02.05.01-SECRETARIA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS	6.392.000,00
02.06.01-SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	5.465.000,00
02.07.01-DIVISÃO DE OBRAS	10.183.000,00
02.08.01-FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	44.678.006,00
02.08.03-FUNDEB - Fundo de Des.Ensino Básico	45.500.000,00
02.08.04-Educação - Merenda Escolar	9.460.000,00
02.08.05-Educação - Transporte Escolar.	8.210.000,00
02.09.01-SECRETARIA DE SERVIÇOS MUNICIPAIS	8.666.000,00
02.10.01-SECRETARIA DE TRANSPORTES E VIAÇÃO	3.310.000,00
02.11.01-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	40.666.725,00
02.11.02-FUNDO DE SAÚDE - TERCEIRO SETOR.	14.060.000,00
02.12.01-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.437.509,94
02.12.02-Manutenção das Atividades da Secretaria	6.373.373,00
02.12.03-Fundo Mun.de Des. Criança e Adolescente	198.800,00
02.12.04-Fundo Municipal do Idoso	15.000,00
02.13.01-SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO	1.130.000,00

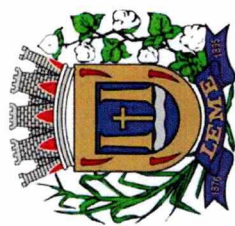
C.M. LEME	
R\$ 159/17	R\$ 20



DESPESAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

02.14.01-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	1.781.000,00
02.15.01-SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	1.011.000,00
02.16.01-GUARDA MUNICIPAL	3.339.000,00
02.16.02-DIVISÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - DIMUTRAN	937.000,00
02.16.03-DIVISÃO DA CIDADANIA E DEFESA CIVIL	121.000,00
02.17.01-SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO	520.000,00
02.18.01-FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	1.484.000,00
02.18.02-DIVISÃO DE TURISMO	208.000,00
02.19.01-SECRETARIA MUN. DE EMPREGO E TRABALHO	640.000,00
02.20.01-SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	465.000,00
03.01.01-APOIO ADMINISTRATIVO	9.614.000,00
03.01.02-DESENVOLVIMENTO SANEAMENTO BÁSICO	22.781.000,00
03.01.03-DESENVOLVIMENTO RECURSOS NATURAIS	220.000,00
05.01.01-LEMEPREV	48.103.790,81
TOTAL DAS DESPESAS	320.185.072,75

C.M. LEME
R 159/17 Rs 21
7



DESPESAS POR NATUREZA

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	161.551.457,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	1.830.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.610.630,23
INVESTIMENTOS	25.271.194,71
INVERSOES FINANCEIRAS	170.000,00
AMORTIZACAO / REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	6.130.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	24.621.790,81
TOTAL GERAL	320.185.072,75



TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO REPASSE	ÓRGÃO DE DESTINO DO REPASSE	FINALIDADE	VALOR
02 - PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME	01 - PODER LEGISLATIVO	TRANSFERÊNCIA DUODÉCIMO CÂMARA MUNICIPAL	7.201.924,00
02 - PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME	05 - LEMEPREV	LEMEPREV - INATIVOS E PENSIONISTAS (PREFEITURA + CÂMARA)	13.243.000,00
03 - SAECIL - SUPERINTENDÊNCIA ÁGUA E ESGOTO	05 - LEMEPREV	LEMEPREV - INATIVOS E PENSIONISTAS (SAECIL)	1.385.000,00
TOTAL			21.829.924,00

C.M. LEME
R\$ 159/17 R\$ 23
[Signature]



GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com pessoal do poder executivo para o exercício de 2018 totaliza

R\$ 141.475.457,00 percentual de 51% sobre a RCL.

DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	141.475.457,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	Valor
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(V)	276.786.481,94
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL	51%



GASTOS COM SAÚDE

*A aplicação com saúde prevista para 2018 foi de R\$ 35.835.925,00
percentual de 20,66% (mínimo constitucional é de 15%)*

DESPESA COM SAÚDE	35.835.925,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	Valor
RECEITAS BASE DE CÁLCULO DA SAÚDE	173.497.500,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL	20,66%



GASTOS COM ENSINO

*A aplicação com ensino prevista para 2016 foi R\$ 40.004.703,00 percentual de 34%
(mínimo constitucional é de 25%)*

DESPESA COM ENSINO	40.004.703,00
--------------------	---------------

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	Valor
RECEITAS BASE DE CÁLCULO DA SAÚDE	175.847.500,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL	34%

C.M. LEME	
R 15/9/17	Rs 26



GASTOS COM O FUNDEB

*A aplicação dos recursos do FUNDEB com o Magistério prevista para 2018 foi no valor de **R\$ 36.886.217,00** Percentual de 81,07% (mínimo constitucional é de*

Total	43.500.000,00
Magistério (60%)	36.886.217,00
Outras (40%)	8.613.783,00
Percentual Aplicado (%)	100,00%
Magistério (60%)	81,07%
Outras (40%)	18,93%

C.M. LEME	
R. 159/17	Rs 27



IMPrensa Oficial

DO MUNICÍPIO DE LEME

C.M. LEME

R. 159/12 Rs 28

Leme, 7 de Outubro de 2017 • Número 2537 • www.leme.sp.gov.br

PROJETO DE LEI Nº. 116/2017

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2018"

Artigo 1º - Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Leme para o exercício financeiro de 2018, nos termos do art.165, parágrafo 5º, da Constituição Federal, Lei nº.4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000 e Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021 protocolado em 15/08/2017, compreendendo:

I - O Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, rs e entidades da administração municipal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público;

II - O Orçamento de Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados;

III - O Orçamento de Investimentos das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

Artigo 2º - A receita total estimada nos orçamentos fiscal, seguridade social e de investimentos, já com as devidas deduções legais, representa o montante de R\$ 320.185.072,75 (trezentos e vinte milhões, cento e oitenta e cinco mil, setenta e dois reais e setenta e cinco centavos).

Orçamento Fiscal está fixado em R\$ 227.922.664,81 (duzentos e vinte e sete milhões, novecentos e vinte e dois mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e oitenta e um centavos);

Orçamento da Seguridade Social em R\$ 92.262.407,94 (noventa e dois milhões, duzentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e sete reais e noventa e quatro centavos).

Parágrafo único - A receita pública se constitui pelo ingresso de caráter não devolutivo auferido pelo Ente municipal, para a alocação e cobertura das despesas públicas. Todo ingresso orçamentário constitui uma receita pública, podendo ser classificadas em receitas correntes e de capital, arrecadadas na forma da legislação vigente e especificadas no Anexo II - Resumo Geral da Receita.

RECEITAS CORRENTES	R\$ 310.069.181,94
1.1 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 75.247.700,00
1.2 Contribuições	R\$ 12.137.200,00
1.3 Receita Patrimonial	R\$ 4.325.100,00
1.6 Receita de Serviços	R\$ 30.550.000,00
1.7 Transferências Correntes	R\$ 182.840.181,94
1.9 Outras Receitas Correntes	R\$ 4.969.000,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	R\$ 20.583.590,81
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 9.924.800,00
2.0 Transferências de Capital	R\$ 9.924.800,00
TOTAL DA RECEITA	R\$ 340.577.572,75
RETENÇÕES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	R\$ 20.392.500,00
TOTAL DE RECEITA LÍQUIDA	R\$ 320.185.072,75

Artigo 3º - A despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros demonstrativos de órgãos, funções e subfunções, natureza da despesa e elemento da despesa, cujos desdobramentos apresentam-se com os seguintes valores:

POR ÓRGÃOS

ORÇAMENTO FISCAL	R\$ 227.922.664,81
01 - PODER LEGISLATIVO	R\$ 7.201.924,00
02 - PREFEITURA MUNICIPAL	R\$ 165.512.950,00
03 - SAECIL Superint. Água e Esgoto da Cid. de Leme	R\$ 32.615.000,00

05 - LEMEPREV	R\$ 22.592.790,81
ORÇAMENTO SEGURIDADE SOCIAL	R\$ 92.262.407,94
02 - PREFEITURA MUNICIPAL	R\$ 66.751.407,94
05 - LEMEPREV	R\$ 25.511.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 320.185.072,75

POR FUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL	R\$ 227.922.664,81
01 - LEGISLATIVA	R\$ 7.201.924,00
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	R\$ 6.422.000,00
04 - ADMINISTRAÇÃO	R\$ 13.277.944,00
05 - DEFESA NACIONAL	R\$ 80.000,00
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	R\$ 4.597.000,00
11 - TRABALHO	R\$ 640.000,00
12 - EDUCAÇÃO	R\$ 107.848.006,00
13 - CULTURA	R\$ 1.692.000,00
15 - URBANISMO	R\$ 19.349.000,00
17 - SANEAMENTO	R\$ 30.105.000,00
18 - GESTÃO AMBIENTAL	R\$ 1.281.000,00
20 - AGRICULTURA	R\$ 465.000,00
22 - INDÚSTRIA	R\$ 620.000,00
26 - TRANSPORTE	R\$ 3.310.000,00
27 - DESPORTO E LAZER	R\$ 1.011.000,00
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	R\$ 5.461.000,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 24.561.790,81

ORÇAMENTO SEGURIDADE SOCIAL	R\$ 92.262.407,94
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 12.024.682,94
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	R\$ 25.511.000,00
10 - SAÚDE	R\$ 54.726.725,00

TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO	R\$ 320.185.072,75
-------------------------------------	--------------------

POR SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL	R\$ 227.922.667,81
31 Ação Legislativa	R\$ 7.201.924,00
92 Representação Judicial e Extrajudicial	R\$ 6.423.000,00
122 Administração Geral	R\$ 21.727.047,00
123 Administração Financeira	R\$ 2.515.000,00
131 Comunicação Social	R\$ 520.000,00
153 Defesa Terrestre	R\$ 80.000,00
181 Policiamento	R\$ 4.276.000,00
182 Defesa Civil	R\$ 321.000,00
306 Alimentação e Nutrição	R\$ 600.000,00
332 Relações de Trabalho	R\$ 640.000,00
361 Ensino Fundamental	R\$ 67.048.351,00
362 Ensino Médio	R\$ 216.000,00
365 Educação Infantil	R\$ 31.357.552,00
366 Educação de Jovens e Adultos	R\$ 994.000,00
367 Educação Especial	R\$ 3.252.000,00
392 Difusão Cultural	R\$ 1.484.000,00
451 Infra-Estrutura Urbana	R\$ 13.493.000,00
452 Serviços Urbanos	R\$ 9.166.000,00
512 Saneamento Básico Urbano	R\$ 22.781.000,00
541 Preservação e Conservação Ambiental	R\$ 1.281.000,00
544 Recursos Hídricos	R\$ 220.000,00
605 Abastecimento	R\$ 465.000,00
661 Promoção Industrial	R\$ 620.000,00
695 Turismo	R\$ 208.000,00
812 Desporto Comunitário	R\$ 1.011.000,00

846 Outros Encargos Especiais	R\$ 5.460.000,00
997 Reserva de Contingência RPPS	R\$ 22.561.790,81
999 Reserva de Contingência	R\$ 2.000.000,00
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	R\$ 92.262.407,94
122 Administração Geral	R\$ 31.822.373,00
241 Assistência ao Idoso	R\$ 950.258,74
242 Assistência do Portador de Deficiência	R\$ 396.051,20
243 Assistência à Criança e ao Adolescente	R\$ 2.118.400,00
244 Assistência Comunitária	R\$ 2.210.600,00
272 Previdência do Regime Estatutário	R\$ 38.000,00
301 Atenção Básica	R\$ 36.240.225,00
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	R\$ 17.761.000,00
304 Vigilância Sanitária	R\$ 129.500,00
305 Vigilância Epidemiológica	R\$ 596.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO	R\$ 320.185.072,75

POR NATUREZA DA DESPESA

3 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 263.842.087,23
3.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 159.051.457,00
3.2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 1.830.000,00
3.3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 102.960.630,23
4 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 31.721.194,71
4.4 - INVESTIMENTOS	R\$ 25.421.194,71
4.5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	R\$ 170.000,00
4.6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$ 6.130.000,00
7 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - RPPS	R\$ 22.561.790,81
9900 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 22.561.790,81
9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 2.060.000,00
9900 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 2.060.000,00
TOTAL GERAL DE ESPESA DO MUNICÍPIO	R\$ 320.185.072,75

POR ELEMENTO DA DESPESA

01 - APOSENTADORIAS, RESERVA REMUN. REFORMAS	R\$ 19.704.000,00
03 - PENSÕES	R\$ 3.412.000,00
11 - VENCIM. E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R\$ 119.084.000,00
13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R\$ 16.022.457,00
14 - DIÁRIA - PESSOAL CIVIL	R\$ 661.000,00
16 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R\$ 626.000,00
18 - AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTE	R\$ 400.000,00
21 - JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	R\$ 1.830.000,00
30 - MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 25.973.308,00
31 - PREMIAÇÕES CULT,ART,CIENT,DESP E OUTRAS	R\$ 97.000,00
32 - MAT. DIST. GRATUITA	R\$ 1.722.632,00
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	R\$ 283.600,00
34 - OUTRAS DESP. PESSOAL DECORR.CONTRAT.	R\$ 12.000,00
35 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA	R\$ 16.000,00
36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍS.	R\$ 2.714.900,00
39 - OUTROS SERV.DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R\$ 56.633.790,20
41 - CONTRIBUIÇÕES	R\$ 160.000,00
43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	R\$ 3.988.800,00
47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	R\$ 3.309.000,00
48 - OUTROS AUXÍLIO FINANC. A PESSOA FÍSICA	R\$ 101.000,00
51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	R\$ 20.517.674,71
52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R\$ 4.521.520,00
61 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	R\$ 310.000,00
70 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONS. PUBL.	R\$ 1.138.000,00
71 - PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADA	

91 - SENTENÇAS JUDICIAIS	R\$ 1.480.000,00
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIORES	R\$ 5.107.000,00
93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	R\$ 16.000,00
97 - APORTE PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL RPPS	R\$ 145.003,74
	R\$ 5.576.596,29
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 24.621.790,
TOTAL	R\$ 320.185.072,75

Artigo 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - Abrir no curso da execução orçamentária de 2018 créditos suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) da despesa total fixada por esta Lei, observado o disposto no artigo 43, da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - Utilizar os recursos vinculados à conta de reserva de contingência, nas situações previstas no artigo 5º, inciso III da Lei de Responsabilidade Fiscal e art. 8º, da Portaria Interministerial nº.163, de 04 de maio de 2001;

III - Realizar abertura de créditos suplementares, por conta do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, na forma do art.43, inciso I, da Lei nº.4320/64;

IV - Realizar abertura de créditos suplementares provenientes de excesso de arrecadação, quando o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada for efetivamente comprovada, considerando-se ainda, a tendência do exercício, na forma do art.43, da Lei nº.4320/64;

V - Abrir no curso da execução do orçamento de 2018, créditos suplementares de dotações vinculadas a recursos de outras fontes específicas, nos casos em que já exista no orçamento a despesa com mesma classificação funcional programática, e haja necessidade de abertura de nova Fonte de Recursos, até o limite dos valores efetivamente recebidos.

Parágrafo único - Os créditos suplementares de que trata o inciso II não incidirão sobre o percentual autorizado no inciso I.

Artigo 5º - Os órgãos e entidades mencionados no art.1º ficam obrigados a encaminhar ao órgão responsável pela consolidação geral das contas públicas do município, até quinze dias após o encerramento de cada mês, as movimentações orçamentárias, financeiras e patrimoniais, para fins de consolidação das contas públicas do ente municipal.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de Janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 29 de Setembro de 2017.

WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO
 Prefeito do Município de Leme

LEI COMPLEMENTAR Nº 735, DE 05 DE OUTUBRO DE 2017.

*"Altera a redação da Lei Complementar nº 624
 de 14 de Dezembro de 2011".*

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LEME, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º - Fica acrescido o inciso V no artigo 11 da Lei Complementar nº 624 de 14 de Dezembro de 2011 com a seguinte redação:

Art. 11 - O Gabinete do Prefeito fica organizado com a seguinte estrutura:

- I - Assessoria;
- II - Núcleo da Junta Militar;
- III - Chefia de Gabinete do Vice-Prefeito;
- IV - Chefia de Gabinete do Prefeito.

IMPRENSA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE LEME
 AVENIDA 29 DE AGOSTO, 668 • LEME • SP

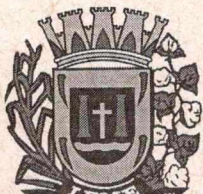
ADMINISTRAÇÃO: Wagner Ricardo Antunes Filho
RESPONSÁVEL: Patrícia de Queiroz Magatti
COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: Secretaria de Administração
 Núcleo de Serviços Gráficos

JUNTADA

Em 17 de outubro de 2017

raço juntada a estes autos do
projeto de lei nº 176/17

Funcionário Cibele



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME
R 159/17 Rs 30

PROJETO DE LEI Nº 116/17

Ementa : Estima receita e fixa despesa para o exercício de 2017.

Autoria: Prefeito Municipal.

Avoco este Projeto de Lei para determinar que à Secretaria cumpra o art. 273 do R.I. e, também, para as seguintes providências:

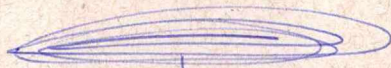
a.] - Oficie o Sr. Prefeito Municipal, dando-lhe ciência que será realizada a Audiência Pública no dia 27 de outubro de 2017, às 15:00 horas no Plenário da Câmara Municipal de Leme.

b.] - A Secretaria deverá elaborar a Ata correspondente, da referida audiência.

c.] - Encaminhar por ofício uma cópia da convocação aos seguintes Órgãos:

- 1.] - Quadro de Publicações da Câmara;
- 2.] - Cópia para publicação no quadro da Prefeitura Municipal;
- 3.] - Cópia para publicação na Imprensa Oficial;
- 4.] - Cópia para publicação no Jornal "A Notícia";
- 5.] - Cópia para publicação no Jornal "Correio Regional";
- 6.] - Cópia para publicação no Jornal "Atual";
- 7.] - Cópia para a "Rádio Cultura de Leme", para divulgação com chamadas diárias;
- 8.] - Cópia para a "Rádio Stéreo Som" para divulgação, com chamadas diárias.
- 9.] - Cópia para a "TV-Leme" para divulgação, com chamadas diárias.
- 10.] - Cópia para a Rádio Brasil FM
- 11.] - Disponibilize a informação através da página oficial desta Casa, com destaque na Internet.

Leme, 17 de outubro de 2.017


Ricardo Pinheiro de Assis
Presidente



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME
P. 159/17 Rs 31
m

Of. nº 708/2017

Leme, 17 de outubro de 2.017

Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal.

Temos a satisfação de comunicar a Vossa Excelência que designamos o dia 27 de outubro de 2017, às 15:00 horas, no **Plenário da Câmara Municipal de Leme**, para a realização da **AUDIÊNCIA PÚBLICA** previsto no Art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal e Art. 44 da Lei Federal nº 10.257/01.

Salientamos ainda que nesta **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, Vossa Excelência e o seu Secretariado farão uma **exposição** sobre o **Projeto de Lei nº 116/17** que "**Estima a Receita e Fixa a Despesa para exercício de 2017**", submetido a discussão e apreciação desta Casa Legislativa.


Sem mais que nos oferece, aproveitamos do ensejo para apresentar os nossos protestos de real estima e distinta consideração.

Atenciosamente

Ricardo Pinheiro de Assis
Presidente

Ao
Excelentíssimo Senhor
WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO
DD. Prefeito do Município de Leme.
Nesta.

COMPROVANTE DE PROTOCOLO

C.M. LEME	
15/9/17	Rs 32
	

No. Processo: 18122
Data/Hora Processo: 18/10/17 15:34
Requerente: CAMARA DE VEREADORES DO MUNICIPIO DE LEME
Subassunto: OFICIOS
Súmula: N° 708/2017
Senha internet: 9BEB214
Site para consulta: <http://www.leme.sp.gov.br/protocolo/>



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
P. 159/17	Rs 33

01/10/2017.

Leme, 17 de outubro de 2.017


Excelentíssimo Senhor Secretário Municipal.

Temos a satisfação de comunicar a Vossa Excelência que designamos o **dia 27 de outubro de 2017, às 15:00 horas**, no **Plenário da Câmara Municipal de Leme**, para a realização da **AUDIÊNCIA PÚBLICA** previsto no Art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal e Art. 44 da Lei Federal nº 10.257/01.

Salientamos ainda que nesta **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, Vossa Excelência e o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, farão uma **exposição** sobre o **Projeto de Lei nº 116/17** que **"Estima a Receita e Fixa a Despesa para exercício de 2018"**, submetido a discussão e apreciação desta Casa Legislativa.

Sem mais que nos oferece, aproveitamos do ensejo para apresentar os nossos protestos de real estima e distinta consideração.

Atenciosamente



Ricardo Pinheiro de Assis
Presidente

Ao

Excelentíssimo Senhor
MARCOS ROBERTO BONFOGO

DD.Secretário das Finanças do Município de Leme.
Nesta.

COMPROVANTE DE PROTOCOLO

C.M. LEME	
15/9/17	Rs 34
	

No. Processo: 18123
Data/Hora Processo: 18/10/17 15:36
Requerente: CAMARA DE VEREADORES DO MUNICIPIO DE LEME
Subassunto: OFICIOS
Súmula: N° 709/2017
Senha internet: 36ZN6X4
Site para consulta: <http://www.leme.sp.gov.br/protocolo/>



CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Leme, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, tem a satisfação de **CONVOCAR** as entidades não governamentais e o público em geral, para participarem da **AUDIÊNCIA PÚBLICA** que será realizada no próximo dia 27 de OUTUBRO de 2017, às 15:00 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Leme, ocasião em que o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal acompanhado dos Secretários Municipais, farão perante a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade da Câmara Municipal, bem como ao público presente, uma exposição sobre o **Projeto de Lei nº 116/2017 que "Estima a Receita e Fixa a Despesa para exercício de 2018"** submetido à discussão e apreciação desta Casa Legislativa, tudo nos termos do Parágrafo Único do Artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e Artigo 44 da Lei Federal nº 10.257/01.

Leme, 17 de outubro de 2.017

Ricardo Pinheiro de Assis
Presidente



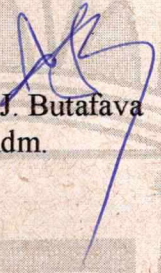
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME
R. 159/17 Rs 36

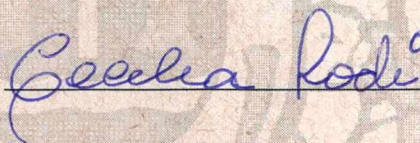
Leme, 18 de outubro de 2.017.

Ilustríssimo Senhor:

Pelo presente, em atendimento ao Presidente desta Casa estamos encaminhando cópia da convocação para Audiência Pública no próximo dia 27 de outubro de 2.017, às 15:00, para debate ao Projeto de Lei que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2.018, para divulgação.

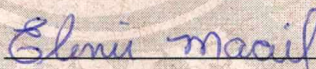

Mario J. Butafava
Tec. Adm.

Jornal A Notícia
End: Vitório de Marchi, 631 – Vila Joest

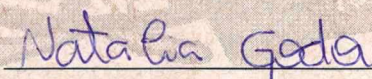


Jornal Correio Regional
R Professor Domingos Cambiaghi, 81 – Centro

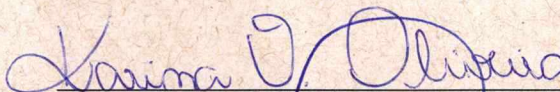
Jornal Atual
End: R. Dr. Querubino Soeiro, 269, Centro



Rádio Cultura de Leme



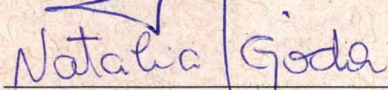
Rádio Stereosom
End: Dr. Armando de Salles Oliveira, 1430

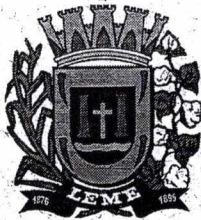


TV Leme
End: Av. Carlos Bonfante, 655, Centro



Rádio 91 FM
R. Rafael de Barros, 126





CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
P. 159/17	Rs 37
m	

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO DIA 27 DE OUTUBRO DE 2.017, ÀS 15:00, NA SALA DAS SESSÕES PROFº ARLINDO FÁVARO, nos termos do artigo 48 da LRF, Artigo 44 da Lei Federal nº 10.257/01 e Parágrafo 1º, do artigo 273 do RICML.

Aos vinte e sete dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, foi convocada pelo Presidente da Câmara Municipal, a Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, as entidades não governamentais e público em geral para a Audiência Pública, onde o Executivo fez a exposição sobre a Lei Orçamentaria para o exercício de 2.018, Projeto de Lei nº 116/17, de acordo com o art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000, Artigo 44 da Lei Federal nº 10.257/01 e Parágrafo 1º, do artigo 273 do RICML. Terminada a matéria o Presidente da Câmara agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente, da qual lavramos esta Ata.

Ricardo Pinheiro de Assis
Presidente

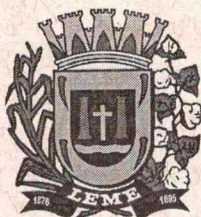
JUNTADA

Em 28 de 10 de 2017

raço juntada a estes autos 20

parecer

Funcionário 



PROJETO DE LEI Nº 116/2017

EMENTA: Estima a receita e fixa despesa do Município de Leme, para o exercício de 2.018.

AUTORIA: Prefeito Municipal.

**PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO,
FINANÇAS E CONTABILIDADE.**

A Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, reunida na Sala das Comissões Palmiro Ferreira Vieira, analisando detidamente o presente projeto de lei, apresenta o seguinte relatório, o qual é também nosso voto:

1.] -

Trata-se de Projeto de Lei, que estima a receita e fixa despesas do Município de Leme, para o exercício de 2.018, de Autoria do Prefeito Municipal; recebido nesta Casa em 29/09/2017, atendendo a Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal (LC. 101/2000).

2.] -

É na Lei Orçamentária Anual (LOA) que o governo define as prioridades contidas no PPA e as metas que deverão ser atingidas naquele ano. A LOA disciplina todas as ações do Governo Municipal de Leme. Nenhuma despesa pública pode ser executada fora do Orçamento.

3.] -

Portanto, compete à Câmara Municipal discutir e fiscalizar a execução orçamentária, e apresentar alterações na proposta enviada pelo Executivo. Os vereadores fazem as modificações que julgam necessárias por meio das emendas e votam o projeto. Depois de aprovado, o projeto é sancionado pelo Prefeito e se transforma na Lei Municipal de grande relevância, apontada inclusive como a mais importante norma jurídica municipal.



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
P. 158/11	Rs 39

4.] -

A pretexto, o Projeto de Lei de Orçamento, está elaborado de acordo com os programas de Governo estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual e nas exigências contidas na Constituição Federal e Lei de Responsabilidade Fiscal, atendendo assim, o princípio do equilíbrio orçamentário, princípio fundamental das finanças públicas, bem como, as alterações de estrutura orçamentária prevista pelas portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.

5.] -

Recebido o projeto e dado ciência através do expediente da Sessão Ordinária de 02/10/2017, foi distribuído cópias aos Senhores Vereadores e, também determinado à publicação na Imprensa Oficial de 07/10/2017, informando ainda, em ampla divulgação nos órgãos de imprensa escrita e falada a Audiência Pública na fase da elaboração e Audiência Pública quando da tramitação no Legislativo em 27/10/2017, ambas no Plenário desta Casa, para satisfação do art. 48 da Lei Complementar nº 101/00.

6.] -

Com vista do projeto a esta Comissão, que embora não tendo recebido emendas por parte dos Senhores Vereadores ou de populares. Portanto, já em condições e no prazo para emitir seu parecer a respeito do projeto, esta Comissão, no prazo regimental, aponta o seguinte:

7.] -

No Projeto em questão a receita total estimada no Orçamento Fiscal é de R\$ 227.922.664,81 enquanto que, na Seguridade Social é de R\$ 92.262.407,94, totalizando assim o total de receita líquida na ordem de R\$ 320.185.072,75 e, partindo do princípio da responsabilidade fiscal, tem-se que o governo não poderá gastar mais do que recebe, razão porque, fixou as despesas nestes valores, de forma que se apresenta de forma interessante, conveniente e necessário segundo a Legislação pertinente à matéria, inclusive sob o aspecto tocante a Lei Complementar nº 101/2000 e Lei Federal nº 4320/64; razão porque, não merece reparos por parte desta Comissão.

8.] -

Sob o aspecto da transparência, temos que a ação do Governo Municipal soa em harmonia com a Legislação Estadual e Federal, e dada à ampla divulgação visando à participação popular na Audiência Pública do Executivo e na Audiência pública do Legislativo que ocorrerá em 27/10/2017, ambas no Plenário desta Casa, tem-se que buscando a transparência, publicidade e, também, harmonizar as



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME
R. 159/12 Fis. 40
7


necessidades e a promoção do desenvolvimento econômico-social do nosso Município.


9.] -

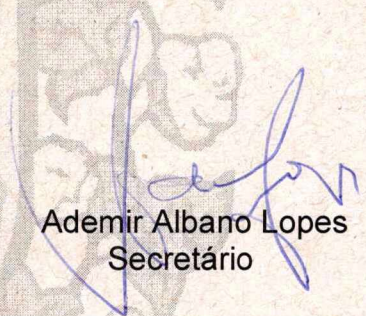
Diante de todo o exposto, somos de parecer **FAVORÁVEL** que seja o presente Projeto apreciado e aprovado pelo **PLENÁRIO** desta Casa.

Sala das Comissões Palmiro Ferreira Vieira,
em 20 de outubro de 2.017.

Pela Comissão O.F.C.


Elias Eliel Ferrara
Presidente


Alexandre dos Santos Leme
Vice-Presidente


Ademir Albano Lopes
Secretário

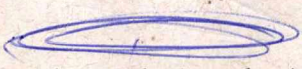
A Ordem do Dia

21 / 11 / 20 17

PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 116/17, aprovado por unanimidade dos
presentes. Em 1ª discussão e votação.

Em 21 de novembro de 2017

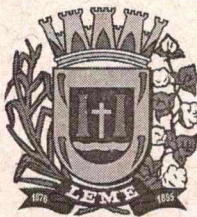

Ricardo Pinheiro de Assis

PRESIDENTE

A Ordem do Dia

27 / 11 / 20 17

PRESIDENTE

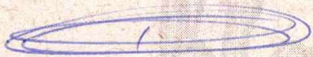


CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
R 159/17	Rs 41.
calle	

A requerimento do vereador Adenir de Jesus Pinto, aprovado por unanimidade pelo plenário, foi-lhe concedida vistas pelo prazo regimental.

Leme, 27 de novembro de 2017.


RICARDO PINHEIRO DE ASSIS

PRESIDENTE

VISTA

Em 27 de novembro de 2017

Com vista ao vereador Adenir
de Jesus Pinto

Funcionário ✓

A Ordem do Dia

04/12/2017

PRESIDENTE



VISTA

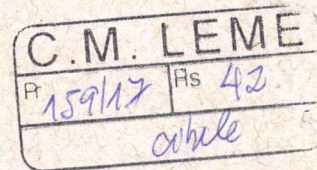
de 20

Com vista

Funcionário



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



A requerimento do vereador José Eduardo Giacomelli, aprovado por unanimidade, foi-lhe concedida vistas pelo prazo regimental.

Leme, 04 de dezembro de 2017.

RICARDO PINHEIRO DE ASSIS

Presidente

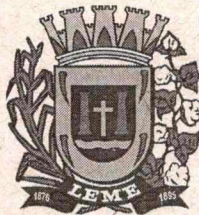
VISTA

Em 05 de dezembro de 20 17

Com vista ao vereador

José E. Giacomelli

Funcionário Alf



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
R. 059/17	Rs. 43
Cobele	

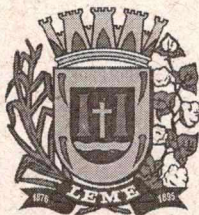
A Ordem do Dia

M / 12 / 2017

PRESIDENTE

Projeto de Lei nº 116/17 aprovado por unanimidade dos presentes em 2ª votação.
Em 11 de dezembro de 2017.

Ricardo Pinheiro de Assis
Presidente



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº. 116/2017

C.M. LEME	
P. 159/17	Rs 44
cível	

“ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2018”

Artigo 1º - Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Leme para o exercício financeiro de 2018, nos termos do art. 165, parágrafo 5º, da Constituição Federal, Lei nº. 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000 e Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021 protocolado em 15/08/2017, compreendendo:

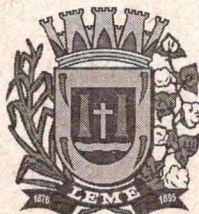
I – O Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração municipal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público;

II – O Orçamento de Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados;

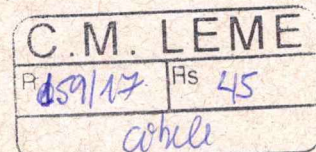
III – O Orçamento de Investimentos das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

Artigo 2º - A receita total estimada nos orçamento fiscal, seguridade social e de investimentos, já com as devidas deduções legais, representa o montante de R\$ 320.185.072,75 (trezentos e vinte milhões, cento e oitenta e cinco mil, setenta e dois reais e setenta e cinco centavos).

Orçamento Fiscal está fixado em R\$ 227.922.664,81 (duzentos e vinte e sete milhões, novecentos e vinte e dois mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e oitenta e um centavos);



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



Orçamento da Seguridade Social em R\$ 92.262.407,94 (noventa e dois milhões, duzentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e sete reais e noventa e quatro centavos).

Parágrafo único – A receita pública se constitui pelo ingresso de caráter não devolutivo auferido pelo Ente municipal, para a alocação e cobertura das despesas públicas. Todo ingresso orçamentário constitui uma receita pública, podendo ser classificadas em receitas correntes e de capital, arrecadadas na forma da legislação vigente e especificadas no Anexo II – Resumo Geral da Receita.

RECEITAS CORRENTES		R\$ 310.069.181,94
1.1	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 75.247.700,00
1.2	Contribuições	R\$ 12.137.200,00
1.3	Receita Patrimonial	R\$ 4.325.100,00
1.6	Receita de Serviços	R\$ 30.550.000,00
1.7	Transferências Correntes	R\$ 182.840.181,94
1.9	Outras Receitas Correntes	R\$ 4.969.000,00
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA		R\$ 20.583.590,81
RECEITAS DE CAPITAL		R\$ 9.924.800,00
2.0	Transferências de Capital	R\$ 9.924.800,00
TOTAL DA RECEITA		R\$ 340.577.572,75
RETENÇÕES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB		R\$ 20.392.500,00
TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA		R\$ 320.185.072,75

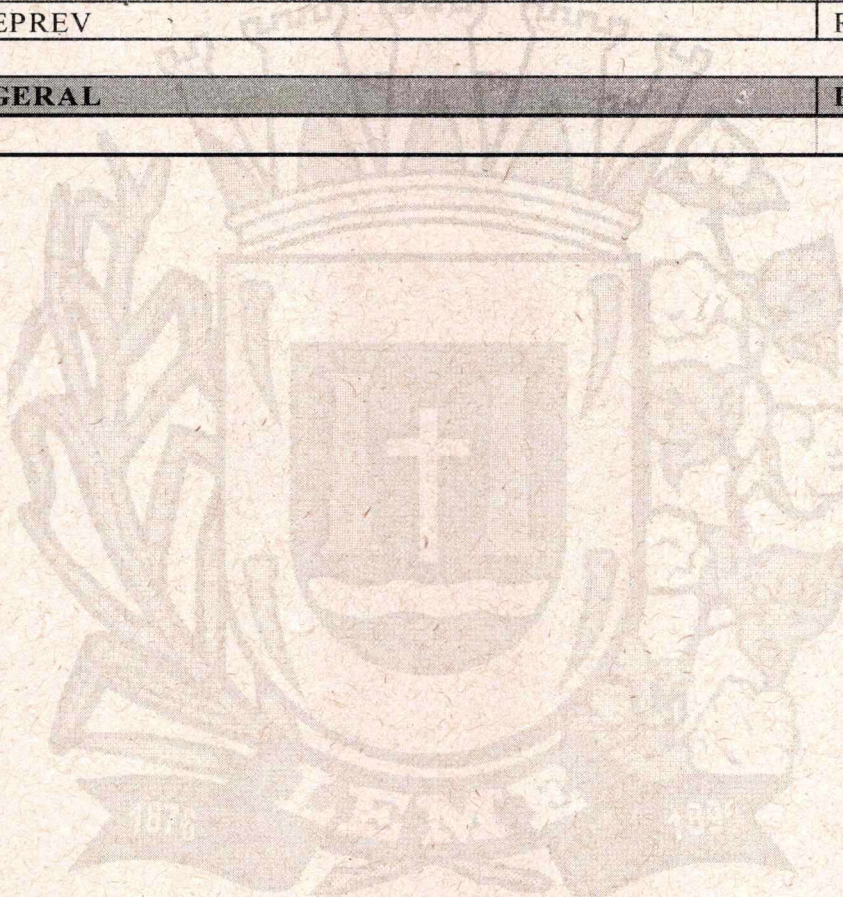
Artigo 3º - A despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros demonstrativos de órgãos, funções e subfunções, natureza da despesa e elemento da despesa, cujos desdobramentos apresentam-se com os seguintes valores:



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME
P 159/12 Rs 46
Conde

POR ÓRGÃOS	
ORÇAMENTO FISCAL	R\$ 227.922.664,81
01 - PODER LEGISLATIVO	R\$ 7.201.924,00
02 - PREFEITURA MUNICIPAL	R\$ 165.512.950,00
03 - SAECIL - Superint. Água e Esgoto da Cidade de Leme	R\$ 32.615.000,00
05 - LEMEPREV	R\$ 22.592.790,81
ORÇAMENTO SEGURIDADE SOCIAL	R\$ 92.262.407,94
02 - PREFEITURA MUNICIPAL	R\$ 66.751.407,94
05 - LEMEPREV	R\$ 25.511.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 320.185.072,75





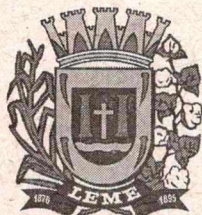
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEM

P 159/17 R\$ 47

2018

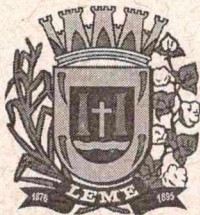
POR FUNÇÃO	
ORÇAMENTO FISCAL	R\$ 227.922.664,81
01 - LEGISLATIVA	R\$ 7.201.924,00
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	R\$ 6.422.000,00
04 - ADMINISTRAÇÃO	R\$ 13.277.944,00
05 - DEFESA NACIONAL	R\$ 80.000,00
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	R\$ 4.597.000,00
11 - TRABALHO	R\$ 640.000,00
12 - EDUCAÇÃO	R\$ 107.848.006,00
13 - CULTURA	R\$ 1.692.000,00
15 - URBANISMO	R\$ 19.349.000,00
17 - SANEAMENTO	R\$ 30.105.000,00
18 - GESTÃO AMBIENTAL	R\$ 1.281.000,00
20 - AGRICULTURA	R\$ 465.000,00
22 - INDÚSTRIA	R\$ 620.000,00
26 - TRANSPORTE	R\$ 3.310.000,00
27 - DESPORTO E LAZER	R\$ 1.011.000,00
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	R\$ 5.461.000,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 24.561.790,81
ORÇAMENTO SEGURIDADE SOCIAL	R\$ 92.262.407,94
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 12.024.682,94
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	R\$ 25.511.000,00
10 - SAÚDE	R\$ 54.726.725,00
TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO	R\$ 320.185.072,75



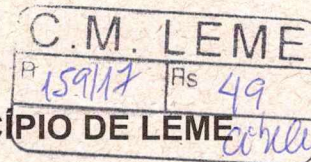
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME
15/9/17 R\$ 48
Cibela

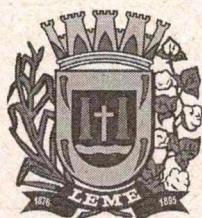
POR SUBFUNÇÃO		
ORÇAMENTO FISCAL		
		R\$ 227.922.664,81
31	Ação Legislativa	R\$ 7.201.924,00
92	Representação Judicial e Extrajudicial	R\$ 6.423.000,00
122	Administração Geral	R\$ 21.727.047,00
123	Administração Financeira	R\$ 2.515.000,00
131	Comunicação Social	R\$ 520.000,00
153	Defesa Terrestre	R\$ 80.000,00
181	Policciamento	R\$ 4.276.000,00
182	Defesa Civil	R\$ 321.000,00
306	Alimentação e Nutrição	R\$ 600.000,00
332	Relações de Trabalho	R\$ 640.000,00
361	Ensino Fundamental	R\$ 67.048.351,00
362	Ensino Médio	R\$ 216.000,00
365	Educação Infantil	R\$ 31.357.552,00
366	Educação de Jovens e Adultos	R\$ 994.000,00
367	Educação Especial	R\$ 3.252.000,00
392	Difusão Cultural	R\$ 1.484.000,00
451	Infra-Estrutura Urbana	R\$ 13.493.000,00
452	Serviços Urbanos	R\$ 9.166.000,00
512	Saneamento Básico Urbano	R\$ 22.781.000,00
541	Preservação e Conservação Ambiental	R\$ 1.281.000,00
544	Recursos Hídricos	R\$ 220.000,00
605	Abastecimento	R\$ 465.000,00
661	Promoção Industrial	R\$ 620.000,00
695	Turismo	R\$ 208.000,00
812	Desporto Comunitário	R\$ 1.011.000,00
846	Outros Encargos Especiais	R\$ 5.460.000,00
997	Reserva de Contingência RPPS	R\$ 22.561.790,81
999	Reserva de Contingência	R\$ 2.000.000,00
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL		
		R\$ 92.262.407,94
122	Administração Geral	R\$ 31.822.373,00
241	Assistência ao Idoso	R\$ 950.258,74
242	Assistência do Portador de Deficiência	R\$ 396.051,20
243	Assistência à Criança e ao Adolescente	R\$ 2.118.400,00
244	Assistência Comunitária	R\$ 2.210.600,00
272	Previdência do Regime Estatutário	R\$ 38.000,00
301	Atenção Básica	R\$ 36.240.225,00
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	R\$ 17.761.000,00
304	Vigilância Sanitária	R\$ 129.500,00
305	Vigilância Epidemiológica	R\$ 596.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO		R\$ 320.185.072,75



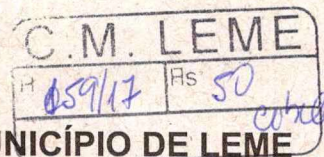
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



POR NATUREZA DA DESPESA	
3 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 263.842.087,23
3.1 - Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 159.051.457,00
3.2 - Juros e Encargos da Dívida	R\$ 1.830.000,00
3.3 - Outras Despesas Correntes	R\$ 102.960.630,23
4 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 31.721.194,71
4.4 - Investimentos	R\$ 25.421.194,71
4.5 - Inversões Financeiras	R\$ 170.000,00
4.6 - Amortização da Dívida	R\$ 6.130.000,00
7 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - RPPS	R\$ 22.561.790,81
9900 - Reserva de Contingência	R\$ 22.561.790,81
9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 2.060.000,00
9900 - Reserva de Contingência	R\$ 2.060.000,00
TOTAL GERAL DE DESPESA DO MUNICÍPIO	R\$ 320.185.072,75



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



POR ELEMENTO DA DESPESA		
01 - APOSENTADORIAS, RESERVA REMUN. REFORMAS	R\$	19.704.000,00
03 - PENSÕES	R\$	3.412.000,00
11 - VENCIM.E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R\$	119.084.000,00
13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R\$	16.022.457,00
14 - DIÁRIA - PESSOAL CIVIL	R\$	661.000,00
16 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R\$	626.000,00
18 - AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTE	R\$	400.000,00
21 - JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	R\$	1.830.000,00
30 - MATERIAL DE CONSUMO	R\$	25.973.308,00
31 - PREMIAÇÕES CULT,ART,CIENT,DESP. E OUTRAS	R\$	97.000,00
32 - MAT. DIST. GRATUITA	R\$	1.722.632,00
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	R\$	283.600,00
34 - OUTRAS DESP. PESSOAL DECORR. CONTRAT.	R\$	12.000,00
35 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA	R\$	16.000,00
36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍS.	R\$	2.714.900,00
39 - OUTROS SERV.DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R\$	56.633.790,20
41 - CONTRIBUIÇÕES	R\$	160.000,00
43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	R\$	3.988.800,00
47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	R\$	3.309.000,00
48 - OUTROS AUXÍLIOS FINANC. A PESSOA FÍSICA	R\$	101.000,00
51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	R\$	20.517.674,71
52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R\$	4.521.520,00
61 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	R\$	310.000,00
70 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONS. PUBL.	R\$	1.138.000,00
71 - PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADA	R\$	1.480.000,00
91 - SENTENÇAS JUDICIAIS	R\$	5.107.000,00
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R\$	16.000,00
93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	R\$	145.003,74
97 - APORTE PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL RPPS	R\$	5.576.596,29
99 - RESERVA DE CONTINGENCIA	R\$	24.621.790,81
Total	R\$	320.185.072,75

Artigo 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - Abrir no curso da execução orçamentária de 2018 créditos suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) da despesa total fixada por esta Lei, observado o disposto no artigo 43, da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - Utilizar os recursos vinculados à conta de reserva de contingência, nas situações previstas no artigo 5º, inciso III da Lei de Responsabilidade Fiscal e art. 8º, da Portaria Interministerial nº.163, de 04 de maio de 2001;



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
15/11/17	R\$ 51
cc: hle	

III – Realizar abertura de créditos suplementares, por conta do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, na forma do art.43, inciso I, da Lei nº.4320/64;

IV – Realizar abertura de créditos suplementares provenientes de excesso de arrecadação, quando o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada for efetivamente comprovada, considerando-se ainda, a tendência do exercício, na forma do art.43, da Lei nº.4320/64;

V – Abrir no curso da execução do orçamento de 2018, créditos suplementares de dotações vinculadas a recursos de outras fontes específicas, nos casos em que já exista no orçamento a despesa com mesma classificação funcional programática, e haja necessidade de abertura de nova Fonte de Recursos, até o limite dos valores efetivamente recebidos.

Parágrafo único - Os créditos suplementares de que trata o inciso II não incidirão sobre o percentual autorizado no inciso I.

Artigo 5º - Os órgãos e entidades mencionados no art.1º ficam obrigados a encaminhar ao órgão responsável pela consolidação geral das contas públicas do município, até quinze dias após o encerramento de cada mês, as movimentações orçamentárias, financeiras e patrimoniais, para fins de consolidação das contas públicas do ente municipal.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 11 de dezembro de 2017

Ricardo Pinheiro de Assis
Presidente